15 QUESTÕES DE LEGISLAÇÃO

01-NÃO é exemplo de Proteção Social (Seguridade social):

A. Previdência.
B. Benefícios a servidores públicos.
C. Saúde.
D. Assistência social.
E. Trabalho (Geração de renda e inserção profissional).

02-Referente às Constituições e a seguridade social é INCORRETO afirmar:

A. A nossa primeira Constituição, de 1824, tratou da seguridade social no seu art. 179, onde abordou a importância da constituição dos socorros públicos.
B. O ato adicional de 1834, em seu art. 10 delegava competência às Assembléias Legislativas para legislar sobre as casas de socorros públicos. A referida matéria foi regulada pela Lei nº 16, de 12/08/1834.
C. Em 1835, foi criada a primeira entidade privada em nosso país, o Montepio Geral dos Servidores do Estado (Montgeral). Caracterizava-se por ser um sistema mutualista, no qual os associados contribuíam para um fundo que garantiria a cobertura de certos riscos, mediante a repartição dos encargos com todo o grupo.
D. A Constituição de 1891 foi a primeira a conter a expressão "aposentadoria". Preceituava no seu art. 75 que os funcionários públicos, no caso de invalidez, teriam direito à aposentadoria, independentemente de contribuição para o sistema de seguro social.
E. A Constituição de 1919, instituiu o seguro obrigatório de acidente de trabalho, bem como uma indenização a ser paga pelos empregadores.

03-A NOB/SUAS disciplina a gestão pública da Política de Assistência Social no território brasileiro, exercida de modo sistêmico pelos entes federativos, em consonância com a Constituição da República de 1988, a LOAS e as legislações complementares a ela aplicáveis. Seu conteúdo estabelece, EXCETO:

A. Caráter do SUAS.
B. Funções da política pública de Assistência Social para extensão da promoção social brasileira.
C. Níveis de gestão do SUAS.
D. Instâncias de articulação, pactuação e deliberação que compõem o processo democrático de gestão do SUAS.
E. Regras de transição.

04-O Artigo 244-A do ECA afirma que submeter criança ou adolescente, à prostituição ou exploração sexual requer a pena de:

A. Reclusão de um a seis anos, e multa.
B. Reclusão de dois a seis anos, e multa.
C. Reclusão de dois a dez anos, e multa.
D. Reclusão de três a oito anos, e multa.
E. Reclusão de quatro a dez anos, e multa.

05-São diretrizes da PNSPI (Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa), EXCETO:

A. Ações intersetoriais.
B. Estímulo a participação.
C. Proporcionar medicamentos.
D. Divulgação da PNSPI.
E. Promoção de cooperação e internacional.

06-Sobre o Estatuto da criança e do Adolescente - ECA é INCORRETO afirmar:

A. Composto por 267 artigos, o Estatuto tem como base o Principio Absoluto as crianças e aos adolescentes.
B. A lei nasce de um novo pensamento da sociedade, na década de 80, e a partir de uma mobilização social nacional que da origem ao Fórum Nacional de Entidades não Governamental de defesa dos direitos da criança e do adolescente (Fórum DCA).
C. O Fórum DCA recolheu mais de seis milhões de assinatura para garantir a criação de um artigo que estabelece os direitos humanos de meninos e meninas na Constituição Federal de 1988.
D. A Carta Magna brasileira se antecipou, inclusive, à Assembléia Geral das Nações Unidas, que adota, em 1989, a convenção internacional dos direitos da criança e do adolescente.
E. Toda a mobilização social para garantir o direito da criança e do adolescente culminou, em 1990 com a promulgação da lei 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, representando um divisor das águas na história da infância e da adolescência brasileira, ao substituir a lógica da doutrina da situação integral.

07-Da LOAS, Art. 15. Compete aos Municípios, EXCETO:

A. Destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social.
B. Efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral.
C. Executar os projetos de enfrentamento da pobreza incluindo a parceria com organizações da sociedade civil.
D. Atender às ações assistenciais de caráter de emergência.
E. Responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada definidos no art. 203 da Constituição Federal.

08-São critérios que devem ser levados em conta para o beneficio da prestação continuada (BPC), EXCETO:

A. Nível de renda: o limite é de renda familiar per capita não menor ou igual que um quarto de salário mínimo, o qual varia em termos absolutos conforme os reajustes anuais do salário mínimo.

www.pciconcursos.com.br www.pciconcursos.com.br

B. Família: para o BPC são considerados membros da família o conjunto de pessoas que vivem sob o mesmo teto, sendo seus membros o beneficiário (ou requerente), seu cônjuge, seus filhos não emancipados menores de 21 anos ou inválidos, seus pais, e os irmãos não emancipados menores de 21 anos ou inválidos.
C. Casos especiais de família: em relação a pessoas internadas em hospitais, asilos e instituições semelhantes, computa-se, para efeito de avaliação da elegibilidade ao BPC, o rendimento e o tamanho de suas famílias de origem.
D. Incapacidade: a legislação brasileira determina a concessão do BPC a pessoas de renda extremamente baixa cuja deficiência as incapacita para o trabalho e a vida independente, levando-se em conta nessa definição a interação entre a pessoa e seu ambiente físico e social.
E. Idade: podem receber o BPC pessoas cuja idade seja igual ou superior a 65 anos na data de concessão do benefício, se atendido o critério de renda.

09-Se dá através de ações, cuidados e serviços que restabeleçam vínculos pessoais, familiares, de vizinhança, de segmento social, mediante a oferta de experiências sócio-educativas, lúdicas, sócio-culturais, desenvolvidas em rede de núcleos sócio-educativos e de convivência para os diversos ciclos de vida, suas características e necessidades.
Este é o conceito de:

A. Segurança de sobrevivência.
B. Segurança de rendimento.
C. Segurança de autonomia.
D. Segurança de convívio.
E. Segurança de acolhida.

10-O ECA, em seu Artigo 10 afirma que os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a, EXCETO:

A. Manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dez anos.
B. Identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente.
C. Proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais.
D. Fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.
E. Manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

11-Sobre o direito a acessibilidade é INCORRETO afirmar:

A. Para que as pessoas com deficiência possam ter liberdade de ir e vir e se sentir parte da comunidade, elas necessitam de um meio físico adequado e que garanta segurança e acesso.
B. O direito a acessibilidade está descrito nas Leis 10.098/02 - regulamentada através do Decreto 5.296/04 - e 10.048/02 que prevêem a adequação das vias e de espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios, nos meios de transporte e de comunicação e do acesso a informação e saúde.
C. É possível promover a inclusão social no meio físico construindo rampas de acesso, banheiros adaptados, pisos táteis, guias rebaixadas, sinais sonoros, entre outros.
D. A acessibilidade na comunicação e informação pode ser alcançada através de sites acessíveis, que atendam às pessoas com deficiência visual e, por exemplo, aparelhos de televisão com legenda oculta. As emissoras de TV devem incluir em suas programações interprete de Libras, para que as pessoas com deficiência auditiva possam acompanhar os programas.
E. Pessoas com deficiência física, idosos, gestantes, lactantes e pessoas com crianças de colo, devem ter atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado.

12-Sobre ética é INCORRETO afirmar:

A. Ética é o estudo filosófico da moralidade, e esta é o conjunto de normas comportamentais socialmente aceitas por determinado grupo.
B. A ética lida com aquilo que pode ser diferente do que é.
C. A ética parte da crença na existência de um hiato – alguns diriam abismo – separando a realidade humana do potencial humano.
D. Há duas grandes classes de teorias éticas — consequencialistas e deontológicas — que têm dado forma ao entendimento que a maior parte das pessoas tem da ética.
E. As deontológicas defendem que devemos escolher a ação disponível que tem as melhores consequências globais, ao passo que os consequencialistas defendem que devemos agir de modos circunscritos por regras e direitos morais e que estas regras ou direitos se definem (pelo menos em parte) independentemente das consequências.

13-Sobre o Programa Bolsa Família é INCORRETO afirmar:

A. A portaria interministerial do Ministério da Saúde e do Desenvolvimento Social, número 2.509, de 22 de novembro de 2004, dispõe das condicionalidades do Bolsa Família na Saúde.
B. As condicionalidades nas áreas de saúde e educação são: manter as crianças e adolescentes em idade escolar freqüentando a escola e cumprir os cuidados básicos em saúde, ou seja, o calendário de vacinação, para as crianças entre 0 e 8 anos, e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação.

www.pciconcursos.com.br www.pciconcursos.com.br

C. O Ministério da Educação é responsável pelo acompanhamento da freqüência escolar e o Ministério da Saúde faz o monitoramento e avaliação da saúde de crianças e gestantes.
D. Ao setor público de Saúde cabe oferecer serviços para o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, assistência pré-natal e pós-parto, vacinação e Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) - de crianças < 7 anos de idade.
E. As famílias beneficiárias com gestantes, mães em fase de amamentação e crianças < 7 anos deverão receber a visita de um Agente Comunitário de Saúde (ACS) e serem assistidas por Equipe de Saúde da Família (ESF) ou em Unidades Básicas de Saúde (UBS).

14-São princípios éticos que orientam a intervenção dos profissionais da área de assistência social, EXCETO:

A. Defesa intransigente dos direitos socioeducacionais.
B. Compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais.
C. Promoção aos usuários do acesso a informação, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem os atende.
D. Proteção à privacidade dos usuários, observado o sigilo profissional, preservando sua privacidade e opção e resgatando sua historia de vida.
E. Compromisso em garantir atenção profissional direcionada para construção de projetos pessoais e sociais para autonomia e sustentabilidade.

15-De acordo com a NOB-RH/SUAS, os municípios em gestão básica deverão, EXCETO:

A. Planejar o ingresso de pessoal com a previsão de quantitativos anuais de vagas a serem preenchidas por meio de concurso público.
B. Instituir em seu âmbito uma Mesa de Negociações com composição paritária entre gestores, prestadores de serviços, trabalhadores da área da assistência do setor público e do setor privado.
C. Propiciar e viabilizar a participação das instituições de ensino superior, em seu âmbito, mediante a realização de atividades conjuntas de capacitação, pesquisa e extensão, bem como de avaliação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
D. Organizar centros de estudos ou outras formas de mobilização regionalizados nas unidades de assistência social, que devem ser considerados como núcleos de discussão técnica e de fomento a qualificação dos trabalhadores no SUAS.
E. Participar da definição dos critérios de repasse de recursos fundo-a-fundo e da definição dos requisitos, responsabilidades e incentivos referentes ao cumprimento da NOB-RH/SUAS.

25 QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16-As pressões por reforma na política de saúde possibilitaram transformações concretas ainda nos anos 1970, mudanças que se efetivaram de forma incipiente e resguardando os interesses do Estado autoritário. Dentre as políticas implementadas, destacam-se, EXCETO:

A. A criação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), em 1974, que distribuiu recursos para o financiamento de programas sociais.
B. A formação do Conselho de Desenvolvimento Social (CDS), em 1974, que organizou as ações a serem implementadas pelos diversos ministérios da área social.
C. A instituição do Plano de Pronta Ação (PPA), em 1974, que consistiu em uma medida para viabilização da expansão da cobertura em saúde e desenhou uma clara tendência para o projeto de universalização da saúde.
D. A constituição do Sistema Nacional da Previdência e Assistência Social (Sinpas), em 1975, primeiro modelo político de saúde de âmbito nacional, que desenvolveu ineditamente um conjunto integrado de ações nos três níveis de governo.
E. A promoção do Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (Piass), em 1976, que estendeu serviços de atenção básica à saúde no Nordeste do país e se configurou como a primeira medida de universalização do acesso à saúde.

17-O art. 201 da Constituição Federal dispõe que a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, nos termos da lei, e atenderá a, EXCETO:

A. Cobertura de eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.
B. Proteção à maternidade, especialmente à gestante.
C. Proteção ao trabalhador em situação de desemprego voluntário ou involuntário.
D. Salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda.
E. Pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiros e dependentes.

18-No exercício das competências estabelecidas no art. 18 da LOAS e no seu regimento interno, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) deve, no cumprimento desta Norma, EXCETO:

A. Atuar como instância de recurso dos Conselhos de Assistência Social.
B. Deliberar sobre as regulações complementares a esta Norma.
C. Atuar como instância de recurso da Comissão Intergestores Tripartite.
D. Deliberar sobre as pactuações da CIT.
E. Aprovar o Plano Integrado de Capacitação de recursos humanos para a área da Assistência Social.

www.pciconcursos.com.br www.pciconcursos.com.br

19-São tipos de serviços de proteção social básica, EXCETO:

A. Programa de Atenção Integral às Famílias.
B. Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza.
C. Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças.
D. Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
E. Serviço de habilitação e reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência.

20-Os Anos de 1980 foram caracterizados por diversas situações, dentre as quais não se inclui:

A. Período de democratização do Estado e da Sociedade.
B. Crescimento econômico.
C. Movimentos sociais numa relação de oposição frontal ao Estado.
D. Perspectiva de transformação social.
E. Mudanças ou revolução.

21- São fatos que marcaram as políticas públicas voltadas para o adolescente, EXCETO:

A. 1989 – Criação do PROSAD, implantado de forma mais sistemática em 1992.
B. 1994 – O plano de ação da Conferência Mundial de População e Desenvolvimento, inseriu os adolescentes como sujeito que deverão ser alcançados pelas normas, programas e políticas públicas.
C. 1999 – A ONU realiza uma promessa de revisão e evolução da implantação do programa, (CAIRO +5), avançando nos direitos dos jovens.
D. 2000 – A OMS criou um Programa Universal, o PAPCAV – Programa de Apoio Psicológico à Criança e Adolescente Violentado.
E. 2003 – O Comitê dos Direitos da Criança e do Adolescente fixou o alcance dos princípios da convenção internacional dos direitos da criança e adolescente e a obrigação dos estados em promovê-los.

22-São eixos estruturantes da gestão do SUAS, EXCETO:

A. Fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil.
B. Patricialidade sociofamiliar.
C. Participação popular/cidadão usuário.
D. Qualificação de recursos humanos.
E. Informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados.

23-Proteção Social Especial de alta complexidade são serviços que garantem a proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. Que inclui, EXCETO:

A. Atendimento Integral Institucional.
B. Casa Lar, República, Casa de Passagem.
C. Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência.
D. Medida sócio-educativa restritiva e privativa de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada).
E. Trabalho protegido.

24-Dos setores da sociedade, indique a característica do segundo setor:

A. Esfera estatal pública.
B. Responsável pelo atendimento das demandas sociais – Políticas Públicas.
C. Prima pelo lucro, competitividade e acumulação.
D. Representante do povo através do voto.
E. Complementar ao Estado no atendimento das demandas.

25-Referente à Lei Maria da Penha é INCORRETO afirmar:

A. O nome da lei foi em homenagem a Maria da Penha, mulher agredida pelo marido durante seis anos. Por duas vezes o marido tentou assassiná-la.
B. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou em agosto/2006, passando a ter vigência em outubro/2006, a lei que tipifica os crimes domésticos contra as mulheres e aumenta as punições para os agressores.
C. A pena do crime de violência doméstica passará a variar de três meses a oito anos de prisão. Antes, era de dois meses a um ano, e os casos de violência doméstica eram considerados crimes de menor potencial ofensivo.
D. A nova lei modifica o Código Penal, o Código de Processo Penal e a Lei de Execuções Penais, acabando com as chamadas penas pecuniárias, como pagamento de multas ou doação de cestas básicas.
E. A lei também tipifica a violência doméstica contra a mulher como uma violência contra os direitos humanos.

26-Sobre a criação da Constituição Federal de 1988 é INCORRETO afirmar:

A. O regime de exceção, em que as garantias individuais e sociais eram diminuídas, e cuja finalidade era garantir os interesses da ditadura fez crescer, durante o processo de abertura política, o anseio por dotar o Brasil de uma nova Constituição, defensora dos valores democráticos. Anseio este que se tornou necessidade após o fim da ditadura militar e a redemocratização do Brasil, a partir de 1985.

www.pciconcursos.com.br www.pciconcursos.com.br

B. A Constituição Federal de 1988 assegurou diversas garantias constitucionais, com o objetivo de dar maior efetividade aos direitos fundamentais, permitindo a participação do Poder Judiciário sempre que houver lesão ou ameaça de lesão a direitos.
C. Para demonstrar a mudança que estava havendo no sistema governamental brasileiro, que saíra de um regime autoritário recentemente, a Constituição de 1988 qualificou como crimes inafiançáveis a tortura e as ações armadas contra o estado democrático e a ordem constitucional, criando assim dispositivos constitucionais para bloquear golpes de quaisquer naturezas.
D. Com a nova Constituição, o direito maior de um cidadão que vive em uma democracia foi conquistado: foi determinada a eleição direta para os cargos de Presidente da República, Governador do Estado e do Distrito Federal, Prefeito, Deputado Federal, Estadual e Distrital, Senador e Vereador.
E. Pela primeira vez uma Constituição brasileira define a função social da propriedade privada urbana, prevendo a existência de instrumentos urbanísticos que, interferindo no direito de propriedade, tornando-a inviolável.

27-São direitos socioassistenciais a serem assegurados na operação do SUAS a seus usuários, EXCETO:

A. Direito ao atendimento digno, atencioso e respeitoso, ausente de procedimentos vexatórios e coercitivos.
B. Direito ao tempo, de modo a acessar a rede de serviço com reduzida espera e de acordo com a necessidade.
C. Direito à informação, enquanto direito primário do cidadão, sobretudo àqueles com vivência de barreiras educacionais, de saúde, de limitações psicológicas.
D. Direito do usuário ao protagonismo e manifestação de seus interesses.
E. Direito do usuário à oferta qualificada de serviço.

28-Referente do Estatuto da Criança e do Adolescente, Capítulo II - Da Prevenção Especial, Seção I – Da informação, Cultura, Lazer, Esportes, Diversões e Espetáculos, é INCORRETO afirmar:

A. Art. 74. O poder público, através do órgão competente, regulará as diversões e espetáculos públicos, informando sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada.
B. Parágrafo único. Os responsáveis pelas diversões e espetáculos públicos deverão afixar, em lugar visível e de fácil acesso, à entrada do local de exibição, informação destacada sobre a natureza do espetáculo e a faixa etária especificada no certificado de classificação.
C. Art. 75. Toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária.
D. Parágrafo único. As crianças menores de doze anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável.
E. Art. 76. As emissoras de rádio e televisão somente exibirão, no horário recomendado para o público infanto juvenil, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.

29-São serviços e ações do CRAS/PAIF, EXCETO:

A. Recepção e acolhida de famílias em situação de vulnerabilidade social.
B. Oferta de procedimentos profissionais em defesa dos direitos humanos e sociais.
C. Vigilância epidemiológica e social.
D. Acompanhamento familiar.
E. Encaminhamento.

30-Sobre educação inclusiva é INCORRETO afirmar:

A. O Ministério da Educação tem o princípio da inclusão como norteador das políticas públicas.
B. A educação inclusiva é uma abordagem que procura responder às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, com um foco específico naqueles que são vulneráveis à marginalização e exclusão.
C. O desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos no qual as escolas devem acolher todas as crianças especiais, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras, representa a possibilidade de combater a exclusão e responder os aspectos comuns entre os alunos dos alunos.
D. O desafio da educação brasileira é a implementação da política de inclusão educacional de promoção do acesso e da qualidade, com a organização de escolas que atendam a todos os alunos sem nenhum tipo de discriminação, escolas que valorizem as diferenças como fator de enriquecimento do processo educacional, transpondo barreiras para a aprendizagem e a participação com igualdade de oportunidades.
E. A transformação dos sistemas educacionais para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais significa uma mudança na gestão da educação que possibilite o acesso às classes comuns do ensino regular e a ampliação da oferta de atendimento educacional especializado que propicie a eliminação de barreiras para o acesso ao currículo.

31-Como se chama o conjunto de pressupostos doutrinários e interventivos, sustentados na Doutrina Social da Igreja, que orientaram o Serviço Social desde o surgimento da primeira escola brasileira em São Paulo (1936)?

A. Serviço Social Doutrinário.
B. Serviço Social Tradicional.
C. Serviço Social Religioso.
D. Serviço Social Humanista.
E. Serviço Social Contemporâneo.

www.pciconcursos.com.br www.pciconcursos.com.br

32-Segundo o Código de Ética, Artigo 2º, Ao psicólogo é vedado, EXCETO:

A. Praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão.
B. Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais.
C. Utilizar ou favorecer o uso de conhecimento e a utilização de práticas psicológicas como instrumentos de castigo, tortura ou qualquer forma de violência.
D. Pleitear ou receber comissões, empréstimos ou vantagens outras de qualquer espécie, além dos honorários contratados,assim como intermediar transações financeiras, com exceção à casos de doações.
E. Acumpliciar-se com pessoas ou organizações que exerçam ou favoreçam o exercício ilegal da profissão de psicólogo ou de qualquer outra atividade profissional.

33-As dinâmicas de grupo possibilitam, EXCETO:

A. Autoconhecimento com ser único e social.
B. Exercício de escuta e acolhida do outro como ser diferente.
C. Experiência de abertura ao outro e participação grupal.
D. Percepção do todo e não das partes, tanto da vida como da realidade que nos cerca.
E. Desenvolvimento da consciência crítica.

34-São espécies de discriminação contra a mulher, EXCETO:

A. Violência nas suas diferentes manifestações (intrafamiliar, social, do Estado, em conflitos armados, em condições de deslocamentos forçados, migração, tráfego, etc.).
B. Educação sexista, discriminatória e que confirma os estereótipos raciais, sexistas e homossexistas.
C. Meios de comunicação que promovem imagens, mensagens e publicidade com conteúdos racistas, sexistas e degradantes para as mulheres, em especial, dos povos indígenas, povos afrodescendentes, povo Rom, mulheres migrantes, lésbicas, trabalhadoras do sexo, meninas, jovens, descapacitadas, deslocadas, camponesas, entre outras.
D. Políticas e programas de saúde racistas e genocidas de controle da população, experimentação médica e vulneração dos direitos reprodutivos das mulheres dos povos e comunidades, pouco acesso das mulheres vivendo com VIH/AIDS a programas de apoio, tratamento e acompanhamento.
E. Racismo ambiental contra as mulheres dos povos afrodescendentes e indígenas.

35-Sobre a Política de Assistência Social é INCORRETO afirmar:

A. Seu objeto é definido na perspectiva histórica, nas relações de forças entre os interesses sociais, econômicos e políticos.
B. Seu conceito é auto-explicativo, só pode ser compreendido na relação entre o Estado e a sociedade. No Brasil – um "Estado ampliado" por um tipo de sociedade que convive e legitima a sua instrumentalização pelos interesses privados.
C. O padrão predominante das suas ações é definido na mediação das relações de conflitos entre os interesses do capital e do trabalho (os princípios do liberalismo econômico e os princípios da proteção social como direito).
D. A sua relação com a democratização leva em conta as formas históricas não-democráticas que fazem parte da nossa cultura política.
E. A análise da sua nova institucionalidade deve considerar a presença de elementos da formação histórica brasileira enraizados na herança colonial, como as relações de poder definidas no compadrio.

36-São direitos à saúde, EXCETO:

A. Ter acesso ao conjunto de ações e serviços necessários para a promoção, a proteção e a recuperação da sua saúde.
B. Ter acesso gratuito a todos os medicamentos necessários para tratar e restabelecer sua saúde através do Sistema Único de Saúde.
C. Ter acesso ao atendimento ambulatorial em tempo razoável para não prejudicar sua saúde. Ter à disposição mecanismos ágeis que facilitem a marcação de consultas ambulatoriais e exames, seja por telefone, meios eletrônicos ou pessoalmente.
D. Ter acesso a centrais de vagas ou a outro mecanismo que facilite a internação hospitalar, sempre que houver indicação, evitando que, no caso de doença ou gravidez, se tenha que percorrer os estabelecimentos de saúde à procura de um leito.
E. Ter direito, em caso de risco de vida ou lesão grave, a transporte e atendimento adequado em qualquer estabelecimento de saúde capaz de receber o caso, independente de seus recursos financeiros. Se necessária, a transferência somente poderá ocorrer quando o quadro de saúde tiver estabilizado e houver segurança para o paciente.

37-Sobre o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB é INCORRETO afirmar:

A. O Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais "Brasil sem Homofobia", é uma das bases fundamentais para ampliação e fortalecimento do exercício da cidadania no Brasil.
B. Um verdadeiro marco histórico na luta pelo direito à dignidade e pelo respeito à diferença.

www.pciconcursos.com.br www.pciconcursos.com.br

C. O Governo Federal, ao tomar a iniciativa de elaborar o Programa, reconhece a trajetória de milhares de brasileiros e brasileiras que desde os anos 60 vêm se dedicando à luta pela garantia dos direitos humanos de homossexuais.
D. O Programa "Brasil sem Homofobia" é uma articulação bem sucedida entre o Governo Federal e a Sociedade Civil Organizada.
E. Um dos objetivos centrais deste programa é a educação e a mudança de comportamento dos gestores públicos. Não se aceita nenhum ato de discriminação e adota-se um "não à violência" como bandeira de luta.

38-Sobre o extinto Programa Bolsa Escola Federal do Brasil é INCORRETO afirmar:

A. O Programa Bolsa Escola Federal do Brasil foi um programa de transferência condicional de renda.
B. Nesse programa as famílias com crianças em idade de 6 a 15 anos e com renda per capita menor ou igual a 90 reais por mês recebiam uma bolsa de 15 reais por filho (até o terceiro filho) caso todos os filhos freqüentassem, no mínimo, 85% das aulas.
C. A idéia desse programa específico era fornecer um incentivo monetário para que famílias pobres decidissem enviar seus filhos para a escola, ao invés de fazê-los trabalhar para complementar a renda da família.
D. Como conseqüência da expansão do Programa Bolsa Escola, o Ministério da Educação decidiu criar em 2001 o Programa Bolsa Escola Federal.
E. Através da unificação de quatro programas, incluindo o Bolsa-Escola, junto com o Bolsa-Alimentação; Bolsa-Saúde e o Auxílio-Gás surgiu o Bolsa-Família.

39-Referente ao Sistema Integrado de Proteção à Infância e Adolescência – SIPIA é INCORRETO afirmar:

A. O SIPIA é um sistema nacional de registro e tratamento de informação sobre a promoção e defesa dos direitos fundamentais preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n° 8.069/90).
B. Trata-se de mecanismo criado em 1997, dentro Política Nacional de Apoio à Criança e ao Adolescente, e visa gerar informações com a finalidade de subsidiar a adoção de decisões governamentais sobre políticas para crianças e adolescentes, garantindo-lhes acesso à cidadania.
C. O sistema permite a produção de conhecimentos específicos, de situações concretas de violação de direitos de criança e adolescente, identifica medidas de proteção e sócio educativas necessárias, através de relatórios de situação.
D. Possibilita conhecer e apoiar o funcionamento dos Conselhos de Direitos, Tutelares e Fundos para a Infância e Adolescente.
E. O SIPIA, como sistema amplo de informações, é composto por módulos que abordam aspectos específicos.

40-O Consórcio Social da Juventude faz parte do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego e visa atingir os seguintes objetivos, EXCETO:

A. Intermediar a oferta de empregos formais para os(as) jovens.
B. Preparar os(as) jovens para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, geradoras de renda.
C. Melhorar a qualificação da força de trabalho dos(as) jovens e promover sua inclusão social.
D. Melhorar a auto-estima e a participação cidadã da juventude na vida social e econômica do país.
E. Constituir um espaço virtual, denominado de Centro de Juventude, como ponto de encontro virtual das ações desenvolvidas pelas entidades da sociedade civil consorciada em sua base social.

www.pciconcursos.com.br www.pciconcursos.com.br